

Acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência visual em espaços laboratoriais de biologia

Accessibility and inclusion for people with visual impairment in laboratory spaces of biology

<https://publicacoes.ifpa.edu.br/index.php/rbac/index>

Pamela Cardoso Nascimento

*Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas
Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Abaetetuba*
pamelacarosonascimento@gmail.com

Natanael Charles da Silva

*Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Abaetetuba*
natanaelcharles@gmail.com

Resumo simples

Ao se falar de inclusão no Brasil, a partir da década de 1990, a educação especial assumiu o formato de modalidade educacional com regulamentação legislativa própria, mediante a Lei nº 8.069/90 – voltada para a rede pública de ensino – que aborda o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência. Todavia, esse progresso nem sempre se adequa às necessidades e limitações de todos, principalmente, das Pessoas com Deficiência (PcD) e, especialmente, as com Deficiência Visual (DV). Em meio a essa perspectiva, nem todos os ambientes voltados ao ensino, por meio de metodologias práticas, por exemplo, possuem adaptações adequadas para acessibilidade de alunos com DV. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo investigar em que aspectos se encontra a acessibilidade e inclusão nos ambientes laboratoriais de Biologia do Instituto Federal do Pará – Campus Abaetetuba para estudantes com DV. A pesquisa-ação de natureza qualitativa teve como sujeitos: alunos e professores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas que frequentam espaços laboratoriais de biologia do Instituto Federal do Pará – Campus Abaetetuba. O estudo foi dividido em duas partes: a) aplicação de um questionário para os professores e outro para os estudantes com questões que investigaram a percepção destes sobre as condições de acessibilidade e inclusão de pessoas com DV nos espaços laboratoriais da instituição; e b) aplicação de recursos de Tecnologia Assistiva nos ambientes laboratoriais para realização de uma aula prática. Os resultados apontam a visão, bem como as necessidades de estudantes e professores do referido curso, dando destaque para a pouca acessibilidade existente, até então, nos ambientes. Além disso, a inserção de novos recursos acoplados aos já existentes nos espaços laboratoriais se mostrou promissora para o ensino prático de biologia. Assim, compreende-se que embora seja relevante e necessária a existência de uma base legal que garanta a inclusão e acessibilidade nos diversos espaços, são ações práticas, concisas e direcionadas para públicos específicos e diversos que fazem total diferença na vida de PcD. Desse modo, os objetivos traçados para a pesquisa são alcançados ao ponto que discussões acerca da inclusão e acessibilidade foram aprofundadas e entrelaçadas com as percepções de docentes e discentes sobre as temáticas, destacando as visões singulares e contextos plurais presentes no convívio social. A partir do trabalho realizado, foi possível observar a necessidade constante de melhorias e adequações em espaços educacionais que visem promover a formação da PcD. Ao falarmos de inclusão e acessibilidade, apesar do apoio encontrado nas bases legais, verifica-se que ainda há uma demanda significativa e urgente com relação a ausência de conhecimentos, práticas metodológicas e incentivo para que as PcD permaneçam nas instituições de ensino.

Palavras-chave: Tecnologia Assistiva. Ensino de Biologia. Ensino Inclusivo. Práticas Laboratoriais Acessíveis.

Referências

- BARBIERI, M. C.; BROEKMAN, G. Van Der Z.; SOUZA, R. O. D. de; LIMA, R. A. G. de; WERNET, M.; DUPLAS, G. Rede de suporte da família da criança e adolescente com deficiência visual: potencialidades e fragilidades. *Ciências e Saúde coletiva*, v. 21, n. 10, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato201. Acesso

- em: 11 jun. de 2021.
- BRUNO, M. M. G.; NASCIMENTO, R. A. L. do. Política de Acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019.
- COSTA, J. A. da; MADRUGA, R. dos S.; ANACHE, A. A.; SEBASTIAN-HEREDERO, E. Desafios e perspectivas do estudante com deficiência visual na educação superior: análise da produção científica. **RPGE– Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara**, v. 24, n. 2, p. 1118-1136, 2020.
- FERREIRA, R. dos S.; SAMPAIO, P. Y. S.; SAMPAIO, R. A. C.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. de. Tecnologia Assistiva e suas relações com a qualidade de vida de pessoas com deficiência. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 54-62, 2017.
- FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.
- MURÇA, G. Número de estudantes com deficiência cresce no Ensino Superior, mas permanência esbarra na falta de acessibilidade. **Revista Quero Educação**, v. 10, n. 1, 2020.
- SILVA, N. C. da; ANDRADE, F. A. G. de; FERREIRA, J. E. V. Uso de tecnologia assistiva em relações zoológicas para aprendizado prático no ensino de zoologia. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, 2021.
- SOUSA, L. R. M.; SOUSA, C. E. B. Práticas docentes no ensino de ciências e biologia para alunos com deficiência visual: uma análise à luz da perspectiva inclusiva. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 16, n. 3, 2020.